

ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CTEEP- COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA, companhia aberta com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Casa do Ator, 1.155, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.611/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Emissora” ou “CTEEP”; e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4 – Grupo 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da 1ª. emissão de debêntures da Emissora e doravante denominado simplesmente “Agente Fiduciário”;

celebram a presente “Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na tabela abaixo.

Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado.

ANBIMA

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, formada a partir da fusão da ANBID com a ANDIMA.

ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
Assembleia Geral ou Assembleia Geral de Debenturistas	Assembleia Geral de Debenturistas.
Banco Mandatário	Banco Itaú S.A.
BM&FBovespa	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Sistema BovespaFix, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código ANBID	Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Contrato de Colocação	“Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em até 2 (duas) Séries, da 1ª Emissão Pública da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista”, celebrado entre o Banco Itaú BBA S.A., BB - Banco de Investimento S.A., HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e a CTEEP.
Controladas Relevantes	Significam, individualmente, as sociedades controladas pela CTEEP cuja receita líquida anual, quando

	consolidada com a receita líquida anual da CTEEP represente ao menos 10% (dez por cento) da receita líquida consolidada anual da CTEEP, a qualquer tempo desde a Data de Emissão até o integral adimplemento das obrigações da Emissora sob as Debêntures.
Convênio CVM-ANBID	Convênio celebrado em 20 de agosto de 2008, entre a CVM e a ANBID, relativo ao procedimento simplificado para os registros de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores	Em conjunto, são o Banco Itaú BBA S.A., o BB - Banco de Investimento S.A. e HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de dezembro de 2009.
Data de Pagamento de Remuneração	Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.
Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série	Datas de Pagamento da Remuneração devida aos titulares de Debêntures da 1ª Série, que será semestral, sendo a primeira paga em 15 de junho de 2010 e a última, na Data de Vencimento da 1ª Série.
Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série	As seguintes datas de pagamento da remuneração devida aos titulares de Debêntures da 2ª Série: 15 de junho de 2011, 15 de junho de 2012, 15 de junho de 2013, 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, 15 de dezembro de 2016 e 15 de dezembro de 2017.
Data de Vencimento da 1ª Série	15 de dezembro de 2014.

Data de Vencimento da 2ª Série	15 de dezembro de 2017.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos da BM&FBovespa.
Debêntures	As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, integrantes da 1ª (primeira) emissão da CTEEP.
Debêntures Adicionais	Debêntures que podem ser emitidas pela Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, de acordo com os resultados do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , até o limite de 20% (vinte por cento) da quantidade total de Debêntures estabelecida no item 4.5 desta Escritura, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03.
Debêntures da 1ª Série	As Debêntures integrantes da 1ª Série emitida nos termos da presente Escritura.
Debêntures da 1ª Série em Circulação	Debêntures da 1ª Série que sejam consideradas Debêntures em Circulação.
Debêntures da 2ª Série	As Debêntures integrantes da 2ª Série emitida nos termos da presente Escritura.
Debêntures da 2ª Série em Circulação	Debêntures da 2ª Série que sejam consideradas Debêntures em Circulação.
Debêntures do Lote Suplementar	Debêntures que podem ser emitidas pela Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, de acordo com os resultados do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , até o limite de 15% (quinze por cento) da quantidade total de Debêntures estabelecida no item 4.5 desta Escritura, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas

mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora, bem como cônjuges e parentes até 2º grau dos administradores.

Debenturistas

Os titulares das Debêntures.

Dívida Líquida

É o somatório dos valores das seguintes contas das demonstrações financeiras da Emissora: empréstimos e financiamentos do passivo circulante, debêntures do passivo circulante, dívidas com pessoas ligadas do passivo circulante, empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, debêntures do passivo exigível a longo prazo e dívidas com pessoas ligadas do passivo exigível a longo prazo, acrescidos, ainda, dos valores de quaisquer outras dívidas financeiras onerosas da CTEEP, inclusive operações ativas e passivas com derivativos em que a CTEEP seja parte, subtraído deste somatório o valor das disponibilidades do ativo circulante, nas datas-base de cálculo dos Índices Financeiros, conforme estabelecido nesta Escritura.

EBITDA Ajustado

É o EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social e da reversão dos juros sobre o capital próprio, do resultado não operacional, do resultado financeiro líquido, da equivalência patrimonial e das despesas de depreciação e amortização, e de outras receitas (despesas) líquidas (definido como ganhos e perdas na realização ou na baixa de itens do ativo permanente).

Emissão

1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

Emissora

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos no item 5.7.3 desta Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.
Índices Financeiros	São os índices financeiros descritos no subitem 6.3.1 (xxi), que a Emissora deverá observar até o cumprimento integral de suas obrigações sob as Debêntures, nos termos da presente Escritura.
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM n.º 202/93	Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	A Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 471/09	A Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2009.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Notas Promissórias	Notas promissórias comerciais da segunda ou da terceira emissão da Companhia com vencimento em 19 de abril de 2010 e 13 de janeiro de 2010, respectivamente.

NTN-B 2015	Notas do Tesouro Nacional série B, com vencimento em 15 de maio de 2015.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, exclusive, e termina na Data de Pagamento de Remuneração correspondente ao período, inclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
Período de Capitalização da 1ª Série	Período de Capitalização aplicável às Debêntures da 1ª Série.
Período de Capitalização da 2ª Série	Período de Capitalização aplicável às Debêntures da 2ª Série.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento, a ser realizado pelos Coordenadores nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03.
Prospecto	Prospecto da distribuição pública das Debêntures.
RCA	Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 30 de setembro de 2009, que deliberou a realização da Emissão.
Remuneração	É a remuneração a que fazem jus os titulares de Debêntures integrantes de qualquer uma das Séries.
Remuneração da 1ª Série	É a Remuneração a que fazem jus os titulares das Debêntures da 1ª Série, nos termos do item 5.9.4 da presente Escritura.
Remuneração da 2ª Série	É a Remuneração a que fazem jus os titulares das Debêntures da 2ª Série, nos termos do item 5.10.4 da presente Escritura.

Resultado Financeiro Líquido	É a somatória dos últimos 4 (quatro) trimestres dos encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras; todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Líquida, excluía qualquer despesa referente à remuneração dos acionistas (juros sobre o capital próprio ou outras).
Série	Cada uma das séries de Debêntures emitidas nos termos da presente Escritura.
SND	Módulo Nacional de Debêntures.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros - DI de um dia, <i>over extra grupo</i> , expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) e em jornal de grande circulação.
Valor das Notas Promissórias	Respectivo valor nominal unitário da Nota Promissória, acrescido da respectiva remuneração constante dos termos e condições constantes das cédulas das Notas Promissórias, desde a data de sua emissão até a data da subscrição das Debêntures.
Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.
Valor Nominal Atualizado	É o Valor Nominal Unitário corrigido pelo índice de correção monetária adotado nos termos desta Escritura, quando for o caso. Para as Debêntures da 1ª Série, corresponde ao Valor Nominal Unitário. Para as Debêntures da 2ª Série, corresponde ao Valor Nominal Unitário corrigido pelo IPCA, nos termos da presente Escritura.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 30 de setembro de 2009, na qual (a) foram aprovadas as condições constantes do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76; e (b) a Diretoria da Emissora foi autorizada a (i) aceitar propostas e contratar os Coordenadores para serem responsáveis pela colocação das Debêntures no âmbito da Oferta, pela condução do Procedimento de *Bookbuilding*, e pela assessoria nos procedimentos necessários ao registro da Oferta perante a CVM, (ii) contratar os serviços de banco mandatário, agente escriturador, instituição depositária, agente fiduciário, agência classificadora de risco, assessores legais externos e auditores independentes, (iii) com base na demanda apurada pelos respectivos índices de remuneração, decidir a quantidade e o valor de Debêntures a serem alocadas em cada série das Debêntures, em comum acordo com os Coordenadores, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sem valores máximos ou mínimos para cada série, (iv) com base na demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, decidir por não emitir qualquer das séries de Debêntures ou emitir as Debêntures em série única, de comum acordo com os Coordenadores, (v) decidir, de comum acordo com os Coordenadores, pela emissão das Debêntures Adicionais e/ou das Debêntures do Lote Suplementar, e (vi) aprovar a Remuneração das Debêntures apurada em Procedimento de *Bookbuilding* até o valor máximo estabelecido pelo Conselho de Administração.

3. REQUISITOS

3.1 A Emissão envolve a oferta de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures inicialmente ofertadas e observados os limites impostos no Contrato de Colocação. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos.

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação

3.1.1.1 A ata da RCA foi devidamente arquivada na JUCESP em 10 de novembro de 2009, sob o nº 432.274/09 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 12 de novembro de 2009. Nova RCA será realizada para deliberar a possibilidade de integralização das Debêntures com Notas

Promissórias, devendo tal ata também ser arquivada na JUCESP e publicada nos jornais aqui referidos antes do registro da Emissão na CVM.

3.1.2 Inscrição da Escritura

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 Registro na CVM e ANBID

3.1.3.1 A Emissão será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, bem como das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400/03, a Instrução CVM nº 471/09 e do Código ANBID.

3.1.3.2 A Emissão será submetida à análise prévia da ANBID no âmbito do procedimento simplificado de registro previsto na Instrução CVM nº 471/09, e nos termos do Convênio CVM-ANBID.

4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como a respectiva infra-estrutura; (ii) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de transporte de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; (iii) explorar, isoladamente ou em participação com outras sociedades, atividades derivadas da utilização subsidiária dos bens materiais ou imateriais de que é detentora em razão da natureza essencial da sua atividade, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, relacionem-se com o seu objeto; (iv) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou cotista; e (v) formar consórcios ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em até 2 (duas) Séries, conforme definido em comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

4.4 Montante Total da Emissão

4.4.1 O montante total da Emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão, observado que tal montante pode ser aumentado em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e/ou em virtude da emissão de Debêntures do Lote Suplementar.

4.5 Quantidade Total de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar eventualmente emitidas.

4.5.2 O número de Debêntures integrantes de cada uma das Séries será definido em comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

4.6 Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar

4.6.1 A quantidade de Debêntures emitidas poderá ser aumentada, a critério da Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, em até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente oferecida, por meio da emissão de Debêntures Adicionais na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03. As Debêntures Adicionais terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da presente Escritura.

4.6.2 Exclusivamente com a finalidade de atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, a

quantidade de Debêntures emitidas poderá ser aumentada, a critério dos Coordenadores, de comum acordo com a Emissora, em até 15% (quinze por cento) em relação à quantidade originalmente oferecida, por meio da emissão de Debêntures do Lote Suplementar na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03. As Debêntures do Lote Suplementar terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da presente Escritura.

4.6.3 A CTEEP obriga-se, neste ato, a tomar todas as medidas necessárias para a Emissão das Debêntures Adicionais e das Debêntures do Lote Suplementar, caso a emissão de referidas Debêntures seja definida ao final do Procedimento de *Bookbuilding*.

4.7 Banco Mandatário e Instituição Depositária

4.7.1 O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, prestará os serviços de Banco Mandatário.

4.7.2 O Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64, prestará os serviços de Instituição Depositária no âmbito da Emissão.

4.8 Destinação dos Recursos

4.8.1 Os recursos captados com a colocação das Debêntures serão utilizados para: (a) recomposição do caixa da Emissora decorrente dos aportes de capital na controlada Interligação Elétrica Pinheiros S.A. no montante de R\$ 122,0 milhões, (b) aporte de capital na controlada Interligação Elétrica Pinheiros S.A., no valor de R\$ 89,5 milhões, a ser efetuado entre os meses de janeiro e fevereiro de 2010, (c) investimentos em reforços no sistema de transmissão da Emissora (direcionados para atendimento do sistema de rede básica e para atendimento exclusivo de consumidores), no valor de R\$ 84,8 milhões, e (d) pagamento integral do valor de principal e juros da dívida representada pela terceira emissão de Notas Promissórias comerciais da Emissora que não tenham sido canceladas pela Emissora em virtude da integralização das Debêntures com Notas Promissórias da terceira emissão, com remuneração correspondente a

106,5% da Taxa DI, emitidas em 8 de julho de 2009, com vencimento em 13 de janeiro de 2010, no valor total de principal de R\$ 200,0 milhões e juros estimados de aproximadamente R\$ 3,7 milhões. Caso qualquer dos recursos obtidos por meio da Oferta não seja aplicado na forma prevista acima, a Emissora poderá utilizá-los para pagamento de parte do valor do principal das Notas Promissórias da segunda emissão que não tenham sido canceladas pela Emissora em virtude da integralização das Debêntures com Notas Promissórias da segunda emissão, no valor total de R\$ 200,0 milhões, com vencimento em 19 de abril de 2010. Nesta hipótese, a Companhia aplicará tais recursos pelo período de janeiro a abril de 2010 em Certificados de Depósitos Bancários emitidos por bancos de primeira linha até a data de vencimento das Notas Promissórias da segunda emissão em 19 de abril de 2010.

4.9 Limite da Emissão

4.9.1 A Emissão atende os limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, é de R\$1.063.049.004,25 (um bilhão, sessenta e três milhões, quarenta e nove mil e quatro reais e vinte e cinco centavos), não havendo nenhuma outra emissão de debêntures da Emissora em circulação.

4.10 Registro em Mercados Regulamentados de Valores Mobiliários

4.10.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação no mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia das Debêntures, bem como a liquidação da distribuição e da negociação das Debêntures realizadas através da CETIP.

4.10.2 As Debêntures serão também registradas para (i) distribuição no mercado primário no DDA – Sistema de Distribuição de Ativos; e (ii) negociação no mercado secundário no Sistema BovespaFix, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa, sendo a custódia das Debêntures, a liquidação financeira da distribuição pública das Debêntures e a negociação das Debêntures realizadas pela BM&FBovespa.

4.11 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.11.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de

garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures emitidas, exceto para as Debêntures Adicionais e para as Debêntures do Lote Suplementar, com a intermediação dos Coordenadores. Não haverá recebimento de reservas antecipadas nem serão fixados lotes mínimos ou máximos. Os Coordenadores deverão dispensar tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta das Debêntures, observados os termos do Contrato de Colocação.

4.11.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (i) obtenção do registro da Emissão na CVM; (ii) publicação do anúncio de início da distribuição pública das Debêntures; e (iii) disponibilização do Prospecto definitivo para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição pública das Debêntures.

4.11.3 Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, sem recebimento de reservas e sem lotes mínimos ou máximos, para a definição (i) da efetiva emissão de ambas as Séries previstas na presente Escritura ou de uma única série com as características das Debêntures 1ª Série ou da 2ª Série; (ii) da quantidade de Debêntures que será objeto de cada uma das Séries, caso seja definida a emissão das 2 (duas) Séries previstas na presente Escritura, ou da quantidade de Debêntures que será objeto de Série única eventualmente emitida; e (iii) da Remuneração das Debêntures de cada uma das Séries que serão efetivamente emitidas.

4.11.4 As Debêntures da 2ª Série eventualmente emitidas somente serão colocadas após a integral colocação das Debêntures da 1ª Série, ou após cancelado o saldo não colocado das Debêntures da 1ª Série.

4.12 Subscrição e Integralização

4.12.1 As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas por seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nesta Escritura.

4.12.2 As Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas por seu Valor Nominal Atualizado, acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada *pro rata*

temporis desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nesta Escritura.

4.12.3 As Debêntures serão integralizadas à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional ou mediante entrega de Notas Promissórias, conforme valores e relação de troca detalhados abaixo.

4.12.4 Para fins de integralização das Debêntures, as Notas Promissórias serão avaliadas pelo Valor das Notas Promissórias, sem dedução de quaisquer tributos ou encargos devidos pelo titular das Notas Promissórias por conta da remuneração das Notas Promissórias.

4.12.5 Na hipótese de o Valor das Notas Promissórias ser inferior ao valor total de subscrição das Debêntures, o titular das Notas Promissórias que pretenda integralizar as Debêntures com tais Notas Promissórias deverá completar o preço de subscrição das Debêntures com moeda corrente nacional, à vista. Em nenhuma hipótese o Valor das Notas Promissórias a ser utilizado para subscrição das Debêntures poderá ser superior ao valor total de subscrição das Debêntures do investidor.

4.12.6 O titular das Notas Promissórias será responsável pelo pagamento de quaisquer tributos e encargos, inclusive aqueles sujeitos à retenção na fonte, devidos por conta da integralização das Debêntures e da remuneração das Notas Promissórias.

4.12.7 As Notas Promissórias utilizadas na integralização das Debêntures serão canceladas pela Emissora.

4.13 Liquidez e Estabilização

4.13.1 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

5.2 Data de Emissão

5.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro 2009.

5.3 Forma e Emissão de Certificados

5.3.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos das Debêntures.

5.3.2 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures: (i) para Debêntures depositadas no SND, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista; e (ii) para as Debêntures depositadas na BM&FBovespa, o extrato de custódia emitido pela BM&FBovespa em nome do Debenturista.

5.4 Conversibilidade

5.4.1 As Debêntures não serão conversíveis em ações.

5.5 Espécie

5.5.1 As Debêntures serão da espécie quirografária.

5.6 Repactuação

5.6.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

5.7 Condições de Pagamento

5.7.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

5.7.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora nas respectivas datas de pagamento (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, ou pela BM&FBovespa, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; ou (ii) na hipótese de as Debêntures

não estarem custodiadas na CETIP ou na BM&FBovespa, (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário ou (b) por instituição financeira contratada para este fim.

5.7.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.7.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.7.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou da BM&FBovespa, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.7.3 *Encargos Moratórios*

5.7.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.7.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.7.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.7.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de valores adicionais a

Remuneração e/ou Encargos Moratórios ou qualquer outro valor no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.8 Publicidade

5.8.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei n.º 6.404/76, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5.9 Características Básicas das Debêntures da 1ª Série

5.9.1 Quantidade de Debêntures da 1ª Série

5.9.1.1 A quantidade de Debêntures da 1ª Série será definida de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores após a verificação da demanda pelas Debêntures da 1ª. Série, conforme apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*.

5.9.2 Prazo e Data de Vencimento

5.9.2.1 O vencimento das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2014, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures da 1ª Série que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.9.3 Atualização Monetária do Valor Nominal

5.9.3.1 Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série.

5.9.4 Remuneração da 1ª Série

5.9.4.1 As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à acumulação da Taxa DI, capitalizada de uma sobretaxa de até 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser fixada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização da 1ª Série.

5.9.4.2 A Remuneração da 1ª Série será paga semestralmente, nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano, observado o Período de Capitalização da 1ª Série em questão ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo a primeira Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série em 15 de junho de 2010 e a última na Data de Vencimento da 1ª Série.

5.9.4.3 A Remuneração da 1ª Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$, onde:

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

“n_{DI}” corresponde ao número total de Taxas DI, sendo “n_{DI}” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

“k” = 1, 2, ..., n;

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo “d_k” um número inteiro;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

“spread” corresponde ao *spread*, ou sobretaxa, a ser determinado de comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado o valor máximo previsto no item 5.9.4.1 acima, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

“DP” corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 1ª Série, ou a Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

- i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii) o fator resultante da expressão $[1+(TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1+(TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.9.4.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.9.4.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia de Debenturistas titulares de Debêntures da 1ª Série, que deverá ser realizada no modo e nos prazos estipulados na cláusula 9 abaixo, para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas titulares de Debêntures da 1ª Série.

5.9.4.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da assembleia de Debenturistas titulares de Debêntures da 1ª Série mencionada no item anterior, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação,

voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação da nova Taxa DI.

5.9.4.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série em Circulação, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva assembleia de Debenturistas titulares de Debêntures da 1ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração da 1ª Série devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

5.9.4.8 A Remuneração das Debêntures da 1ª. Série será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura.

5.9.5 *Amortização Programada*

5.9.5.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série na Data de Emissão será amortizado em 3 (três) parcelas, nas seguintes datas e com os seguintes valores: (i) a primeira parcela será devida em 15 de dezembro de 2012, correspondendo a 33,3333% do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série; (ii) a segunda parcela será devida em 15 de dezembro de 2013, correspondendo a 33,3333% do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série; e (iii) a terceira parcela será devida em 15 de dezembro de 2014, data de vencimento das Debêntures da 1ª Série, correspondendo a 33,3334% do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série.

5.10 **Características Básicas das Debêntures da 2ª Série**

5.10.1 *Quantidade de Debêntures da 2ª Série*

5.10.1.1 A quantidade de Debêntures da 2ª Série será definida de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores após a verificação da demanda pelas Debêntures da 2ª Série, conforme apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*. As Debêntures da 2ª Série não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as Debêntures da 1ª. Série ou cancelado o saldo não colocado.

5.10.2 *Prazo e Data de Vencimento*

5.10.2.1 O vencimento das Debêntures da 2ª Série ocorrerá ao término do prazo de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2017, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura e as de resgate antecipado obrigatório previstas nos itens 5.10.5.2 5.10.5.3 e 5.10.5.5 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures da 2ª Série que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Atualizado, acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.10.3 *Atualização do Valor Nominal*

5.10.3.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série automaticamente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde:}$$

“VNa” corresponde ao Valor Nominal Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“C” corresponde ao fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right], \text{ onde:}$$

“n” corresponde ao número total de índices do IPCA considerados na atualização do Valor Nominal Unitário, sendo n um número inteiro;

“ NI_k ” corresponde ao valor do número-índice do IPCA, divulgado no mês anterior ao mês de atualização do Valor Nominal Unitário, válido para o mês de atualização;

“ NI_{k-1} ” corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do número-índice válido para o mês de atualização, isto é, aquele correspondente ao NI_k ;

“dup” corresponde ao número de dias úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da 2ª da Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo dup um número inteiro; e

“dut” corresponde ao número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, sendo dut um número inteiro.

Observações:

- i) o IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- ii) considera-se data de aniversário das Debêntures da 2ª Série o dia 15 de cada mês-calendário;
- iii) considera-se como mês de atualização das Debêntures da 2ª Série o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário das Debêntures da 2ª Série consecutivas, incluindo a data de aniversário inicial e excluindo a data de aniversário final;
- iv) o fator resultante da expressão $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- v) o produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos, e os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

5.10.3.2 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do cálculo da atualização monetária das Debêntures da 2ª Série, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA conhecido até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

5.10.3.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas titulares de Debêntures da 2ª Série, que deverá ser realizada no modo e nos prazos estipulados na cláusula 9 abaixo, para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA conhecido até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas titulares de Debêntures da 2ª Série.

5.10.3.4 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da assembleia de Debenturistas titulares de Debêntures da 2ª Série mencionada no item anterior, a referida Assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizado para o cálculo da Remuneração, permanecendo o último IPCA conhecido anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação do novo IPCA.

5.10.3.5 Caso não haja acordo sobre o índice de correção monetária substitutivo entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas titulares de Debêntures da 2ª Série, pelo seu Valor Nominal Atualizado não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração da 2ª Série devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da atualização monetária aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA conhecido.

5.10.3.6 O pagamento do valor devido aos titulares de Debêntures da 2ª Série a título de atualização monetária será realizado em conjunto com o pagamento das amortizações devidas aos titulares das Debêntures da 2ª Série, conforme disposto no item 5.10.5 abaixo.

5.10.4 *Remuneração da 2ª Série*

5.10.4.1 As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à taxa fixa a ser determinada no Procedimento de *Bookbuilding*, tendo como taxa percentual máxima a taxa de juros anual indicativa, divulgada pela ANDIMA para as Notas do Tesouro Nacional – série B com vencimento em 2015, apurada em data a ser determinada e anterior ao início do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série.

5.10.4.2 A Remuneração da 2ª Série será paga nas datas dispostas na tabela abaixo:

ORDEM DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DA 2ª SÉRIE	DATA DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DA 2ª SÉRIE
1º (primeiro) pagamento	15 de junho de 2011
2º (segundo) pagamento	15 de junho de 2012
3º (terceiro) pagamento	15 de junho de 2013
4º (quarto) pagamento	15 de junho de 2014
5º (quinto) pagamento	15 de dezembro de 2015
6º (sexto) pagamento	15 de dezembro de 2016
7º (sétimo) pagamento	15 de dezembro de 2017

5.10.4.3 A Remuneração da 2ª Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{FatorJuros} - 1), \text{ onde}$$

“J” corresponde ao valor unitários dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“VNa” corresponde ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 2ª Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorJuros” é calculado com 9 (nove) casas decimais, sem arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left[\left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}}, \text{ onde:}$$

“i” corresponde à taxa de juros prefixada, definida no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme descrito no item 5.10.4.1 acima;

“n” corresponde ao número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo n um número inteiro;

“DP” corresponde ao número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro; e

“DT” corresponde ao número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro.

5.10.4.4. A Remuneração da 2ª. Série será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura.

5.10.5 *Amortização Programada e Resgate Antecipado Obrigatório*

5.10.5.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série na Data de Emissão será amortizado em 4 (quatro) parcelas iguais correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 2ª Série, acrescido a este valor a atualização monetária devida nos termos do item 5.10.3 acima, desde a Data de Emissão, nas seguintes datas: (i) a primeira parcela será devida em 15 de junho de 2014; (ii) a segunda parcela será devida em 15 de dezembro de 2015; (iii) a terceira

parcela será devida em 15 de dezembro de 2016; e (iv) a quarta parcela será devida em 15 de dezembro de 2017, data de vencimento das Debêntures da 2ª Série.

5.10.5.2 Caso, até 1º de dezembro de 2014 (inclusive), a totalidade das concessões de transmissão de energia elétrica detidas pela Emissora com vencimento em julho de 2015 (i) não tiverem sido renovadas nem prorrogadas pelo Poder Concedente ou (ii) tiverem sido renovadas ou prorrogadas para data anterior a 15 de dezembro de 2015, em qualquer dos casos, a totalidade das Debêntures da 2ª Série deverá ser resgatada antecipadamente pela CTEEP. As Debêntures da 2ª Série serão resgatadas pelo saldo devedor do Valor Nominal Atualizado, desde a Data de Emissão, acrescido da Remuneração da 2ª Série, devida desde a última Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série até 15 de junho de 2015, data em que as Debêntures da 2ª Série deverão ser efetivamente resgatadas.

5.10.5.3 Caso, até 1º de dezembro de 2014, inclusive, a totalidade das concessões de transmissão de energia elétrica detidas pela Emissora com vencimento em julho de 2015 sejam renovadas ou prorrogadas para data posterior a 15 de dezembro de 2015, inclusive, e anterior a 15 de dezembro de 2017, exclusive, a totalidade das Debêntures da 2ª Série deverá ser resgatada antecipadamente pela CTEEP, na Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior à data de vencimento da renovação ou da prorrogação, ou na própria data de vencimento da renovação ou da prorrogação caso esta seja uma Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série. As Debêntures da 2ª Série serão resgatadas pelo saldo devedor do Valor Nominal Atualizado desde a Data de Emissão, acrescido da Remuneração da 2ª Série, devida desde a última Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série até a data do efetivo resgate.

5.10.5.4 Caso, até 1º de dezembro de 2014, inclusive, a totalidade das concessões de transmissão de energia elétrica detidas pela Emissora com vencimento em julho de 2015 tiverem sido renovadas ou prorrogadas para data posterior a 15 de dezembro de 2017, manter-se-ão os termos, prazos e condições das Debêntures da 2ª Série.

5.10.5.5 As Debêntures da 2ª Série serão resgatadas antecipadamente, pelo saldo devedor do Valor Nominal Atualizado desde a Data de Emissão, acrescido da Remuneração da 2ª Série, devida desde a última Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série até a data do efetivo resgate, caso a Emissora não envie ao Agente Fiduciário, até 1º de dezembro de 2014, inclusive, comprovação de que todas as concessões de transmissão de energia elétrica detidas pela Emissora foram devidamente renovadas ou prorrogadas pelos respectivos órgãos públicos concedentes. Em qualquer caso, a CETIP

deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado Obrigatório com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Aquisição Antecipada Facultativa

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, atualizado ou não, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação integrantes da mesma Série.

6.2 Resgate Antecipado Facultativo

6.2.1 Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

6.3 Vencimento Antecipado

6.3.1 As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionadas à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente exigíveis na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas quaisquer das declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, desde que tal falsidade, incorreção, inconsistência ou imprecisão afete a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações sob as Debêntures, conforme determinado pelo Agente Fiduciário e comunicado por escrito à Emissora;
- ii) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento

análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela Emissora ou decretado contra ela ou contra qualquer das Controladas Relevantes;

- iii) não pagamento, pela Emissora, de qualquer amortização programada do Valor Nominal Atualizado, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento, desde que referido não pagamento não seja sanado em 1 (um) dia útil contado do respectivo vencimento original;
- iv) descumprimento, pela Emissora, de qualquer outra obrigação pecuniária prevista na Escritura, desde que não sanado em 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo descumprimento;
- v) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, desde que não sanado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da data prevista para o cumprimento da respectiva obrigação;
- vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra qualquer uma das Controladas Relevantes com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data em que a Emissora tomar ciência da ocorrência de referido protesto;
- vii) inadimplemento, desde que não sanado no prazo de cura previsto no respectivo documento de dívida financeira, ou vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida no prazo de 1 (um) dia útil contado da ocorrência do respectivo evento;
- viii) desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição forçada, pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes, de bens classificados como ativo permanente, que resulte em redução da receita líquida consolidada da Emissora decorrente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), apurada com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora;

- ix) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures;
- x) não renovação (exceto nas hipóteses descritas nos itens 5.10.5.2, 5.10.5.3 e 5.10.5.5), cancelamento, revogação ou suspensão das concessões de serviços públicos detidas pela Emissora ou por qualquer das Controladas Relevantes, bem como de autorizações, alvarás e/ou licenças, inclusive ambientais, relevantes e legalmente exigíveis para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer das Controladas Relevantes, desde que (a) não seja revertida ou contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do recebimento pela Emissora ou pela Controladas Relevantes de comunicação neste sentido; e (b) resulte em redução da receita líquida consolidada da Emissora decorrente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), apurada com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora existentes na Data de Emissão;
- xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei n° 6.404/76;
- xii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- xiii) comprovação da inveracidade, imprecisão, incorreção ou inconsistência de qualquer informação constante do Prospecto, desde que tal inveracidade, imprecisão, incorreção ou inconsistência afete a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações sob as Debêntures, conforme determinado pelo Agente Fiduciário e comunicado por escrito à Emissora;
- xiv) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora de forma que possa afetar a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações sob as Debêntures, a critério dos Debenturistas;
- xv) cisão, fusão ou incorporação envolvendo diretamente a Emissora, exceto se tal operação societária for previamente aprovada pelos Debenturistas ou se for observado o disposto no parágrafo 1° do artigo 231 da Lei n° 6.404/76;

- xvi) ocorrência de alteração societária que venha a resultar na exclusão, de forma direta ou indireta, da Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. - ISA, organizada e existente de acordo com as leis da Colômbia, do controle acionário da Emissora;
- xvii) redução do capital social da Emissora, exceto se (a) para absorção de prejuízos acumulados, ou (b) em montante igual ou inferior a 10% (dez por cento) do valor do capital social da Emissora nas últimas demonstrações financeiras da Emissora disponíveis na Data de Emissão, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
- xviii) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial proferida contra a Emissora ou contra qualquer das Controladas Relevantes, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), desde que tal descumprimento não tenha sido sanado dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da respectiva data de descumprimento;
- xix) rebaixamento da classificação de risco da Emissão em 2 (duas) ou mais notas em escala nacional, em relação à classificação de risco da Emissão na Data de Emissão, correspondente a AA, em escala local, concedida pelas agências de classificação de risco Fitch Ratings do Brasil Ltda., Standard & Poor's ou Moody's América Latina Ltda., independentemente do motivo que provocar tal rebaixamento;
- xx) alienação ou oneração de qualquer forma, pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes, de ativos operacionais relevantes que individual ou conjuntamente, até o adimplemento integral das obrigações da Emissora sob as Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 10% (dez por cento) com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora disponíveis na Data de Emissão, exceto nas seguintes hipóteses: (a) no caso de oneração de ativos, quando a oneração for referente a contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e outros bancos de fomento; ou (b) se a alienação ou oneração dos ativos for previamente aprovada pelos Debenturistas. Para os fins deste subitem, entendem-se como ativos operacionais os ativos utilizados pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes para a execução das atividades de transmissão de energia elétrica; e

xxi) inobservância pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou por 3 (três) trimestres não consecutivos, dos seguintes Índices Financeiros, até o integral adimplemento de todas as obrigações da Emissora sob as Debêntures:

- a) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado, apurados em bases consolidadas, menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos); e
- b) razão entre EBITDA Ajustado e Resultado Financeiro Líquido, apurados em bases consolidadas, maior ou igual a 3,0 (três).

6.3.1.1 Para fins do disposto no subitem 6.3.1 (xxi) acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados e revisados trimestralmente pela Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Emissora, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base da apuração dos Índices Financeiros. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário nas mesmas datas previstas na Instrução CVM nº 202/93 para a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais - ITR, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros, e da declaração do Diretor de Relações com Investidores ou do Diretor Presidente da Emissora, conforme o caso, atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

6.3.1.2 Caso a Emissora esteja obrigada, na data de celebração da presente Escritura, ou assuma posteriormente, em quaisquer contratos ou no âmbito da emissão de quaisquer títulos ou valores mobiliários, obrigação de observar índices financeiros mais rigorosos do que aqueles previstos na presente Escritura, tais novos índices financeiros passarão a valer para as Debêntures como se aqui estivessem transcritos.

6.3.2 Constatada a ocorrência dos eventos listados nas alíneas (ii), (iii), (vi), (vii), (ix), (x), (xi), (xii), (xv), (xvii), (xviii) e (xx) do item 6.3.1 acima, o Agente Fiduciário, independentemente de qualquer assembleia de debenturistas, aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial dirigida à Emissora, declarará o vencimento antecipado das Debêntures e exigirá da Emissora o imediato e integral pagamento do Valor Nominal Atualizado, acrescido da Remuneração desde a última

Data de Pagamento de Remuneração, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos.

6.3.2.1 Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos listados nos subitens (i), (iv), (v), (viii), (xiii), (xiv), (xvi), (xix) e (xxi) do item 6.3.1 acima, convocará imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias da data de convocação, para deliberar sobre eventual não declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura.

6.3.2.2 Caso (i) na Assembleia Geral de Debenturistas acima mencionada, não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação contrariamente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures em Circulação, ou (ii) caso referida Assembleia Geral de Debenturistas não se instale, por falta de quorum de instalação, ou não delibere a matéria, por qualquer motivo, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da CTEEP o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Atualizado, acrescido da Remuneração devida desde a última Data de Pagamento de Remuneração, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.3.3 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (i) à Emissora, com cópia para CETIP e para a BM&FBovespa, e (ii) ao Banco Mandatário.

6.3.4 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das Debêntures e o pagamento dos valores devidos aos Debenturistas deverão ser efetuados em até 5 (cinco) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item anterior.

6.3.5 Em qualquer caso, a decretação do vencimento antecipado das Debêntures de uma das Séries ocasionará o vencimento antecipado das Debêntures integrantes da outra Série.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
- a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, (3) cópia de relatório de práticas e controles internos enviado pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão e contas da Emissora, e (4) cópia de relatórios demonstrando o cumprimento ou descumprimento dos Índices Financeiros pela Emissora, do qual deverão constar os dados que serviram de suporte para a respectiva apuração, bem como a resposta a todos os demais esclarecimentos adicionais necessários que tenham sido formulados e esclarecidos, nos prazos estabelecidos na presente Escritura;
 - b) dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
 - c) dentro de 2 (dois) dias úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas da Emissora e, prontamente, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas da Emissora, bem como a data e ordem do dia de assembleias a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado;
 - d) dentro de 2 (dois) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
 - e) dentro de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela

Emissora envolvendo procedimento de valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), enviando também, em 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva apresentação, de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção eventualmente apresentada pela CTEEP, conforme o caso; e

- f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.3 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- ii) proceder à adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iv) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- v) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- vi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, pela CETIP ou pela BM&FBovespa;
- vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- ix) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possuir ativos, exceto aquelas leis, regras, regulamentos e ordens que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;

- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades;
- xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP e na BM&FBovespa;
- xiii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP e na BM&FBovespa; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos, Prospectos, anúncios e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário.
- xiv) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações relevantes necessárias ao regular funcionamento da Emissora;
- xv) informar ao Agente Fiduciário qualquer evento que importe a alteração da destinação dos recursos obtidos com a Emissão;
- xvi) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou de outra natureza) ou nos negócios da Emissora;
- xvii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93; e
- xviii) contratar, e manter contratada até o integral adimplemento das obrigações da Emissora sob as Debêntures, agência internacional de classificação de risco, tais como Fitch Ratings do Brasil Ltda., Standard & Poor's ou Moody's América Latina Ltda., para emitir relatório de classificação de risco das Debêntures da presente Emissão, bem como para manter referido relatório atualizado ao menos anualmente até o cumprimento de todas as obrigações da Emissora sob as Debêntures, devendo a Emissora dar ampla divulgação ao mercado das atualizações do relatório ora mencionado.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora constitui e nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 8.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3 A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado que em nenhuma hipótese tal remuneração poderá ser superior à remuneração paga ao seu antecessor. Caso a referida Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria, o novo agente fiduciário fará jus a mesma remuneração percebida pelo anterior.

8.2.4 Caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.2.5 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.2.6 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

8.2.7 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

8.2.8 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de celebração da presente Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.2.9 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2.10 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando o saneamento de omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria;
- x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado ao menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.8.1 acima.;
- xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa (a) na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas; (b) no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e (c) no prazo de 10 (dez) dias da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, cópia da ata da referida assembleia;

- xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo listadas:
 - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento da atualização monetária devida, bem como da Remuneração das Debêntures realizados no período, e, ainda, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xiii) colocar o relatório de que trata o subitem anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - a) na sede da Emissora;
 - b) na sua sede ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;

- c) na CVM;
 - d) na BM&FBovespa e na CETIP; e
 - e) na sede do Coordenador Líder;
-
- xiv) às expensas da Emissora, enviar comunicado aos Debenturistas, ou informá-los por meio de publicação na imprensa, de que o relatório mencionado no subitem 8.3 (xii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
 - xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à BM&FBovespa;
 - xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
 - xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
 - xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa;
 - xix) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76;
 - xx) envidar seus melhores esforços para que a Emissora cumpra o disposto no subitem 7.1 (xix) acima, e encaminhar à ANBID o relatório de classificação de risco das Debêntures e respectivas atualizações tão logo a eles tenha acesso e no prazo máximo de 15 (quinze) dias de seu recebimento; e
 - xxi) disponibilizar aos Debenturistas, por meio de seu sítio eletrônico, trimestralmente, os Índices Financeiros e comunicar seu descumprimento aos Debenturistas, na forma prevista na presente Escritura.

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens 8.4 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iv) acima.

8.6 No desempenho de suas atividades, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade das deliberações societárias e de atos da administração da Emissora ou, ainda, de qualquer outro documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido fornecido ou encaminhado pela Emissora.

8.7 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data da concessão de registro da Emissão pela CVM e as demais a cada aniversário anual da data deste primeiro pagamento.

8.7.1 Em caso de inadimplemento pela Emissora de qualquer de suas obrigações financeiras sob as Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário

remuneração adicional equivalente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à assessoria aos Debenturistas em renegociações das condições das Debêntures, conforme seja requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e em Assembleias Gerais de Debenturistas cujo escopo seja a renegociação das condições das Debêntures e/ou outros assuntos relacionados ao inadimplemento pela Emissora das suas obrigações financeiras sob as Debêntures; e (ii) implementação das decisões tomadas pelos Debenturistas em referidas Assembleias Gerais de Debenturistas. Referida remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora em 10 (dez) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora.

8.8 A remuneração do Agente Fiduciário acima descrita não inclui as despesas comprovadas e razoáveis incorridas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, o período de prestação dos serviços previstos nesta Escritura, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário, igualmente, despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas aqui mencionadas para fim de ser imediatamente por ela ressarcido.

8.9 À remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidos os seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.10 Os valores mencionados nos itens 8.7 e 8.7.1 acima serão atualizados monetariamente pelo Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) ou, na falta deste, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.11 A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança

de obrigações inadimplidas da Emissora sob as Debêntures não sanadas até a Data de Vencimento das Debêntures de qualquer Série.

8.12 No caso de inadimplemento pela Emissora de suas obrigações sob as Debêntures, todas as despesas comprovadas com procedimentos legais e administrativos em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas comprovadas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer inadimplente com relação às suas obrigações sob as Debêntures por período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência em qualquer das ações mencionadas no presente item.

8.13 O valor do reembolso devido ao Agente Fiduciário, relativo às despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que eventualmente não seja pago na forma ora avençada, será acrescido à dívida da Emissora sob as Debêntures, com preferência na ordem de pagamentos sobre o pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas.

8.14 No caso de inadimplemento, pela Emissora, da remuneração devida ao Agente Fiduciário, incidirão sobre a remuneração do Agente Fiduciário os Encargos Moratórios, nos termos desta Escritura.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura, a Assembleia Geral de Debenturistas será realizada de forma independente para os Debenturistas da 1ª e da 2ª Série, de modo que, nestes casos, a convocação, a ordem do dia, os quoruns de instalação e de deliberação

serão independentes entre si e as deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas de uma Série não aproveitarão à outra, exceto no que diz respeito ao vencimento antecipado das Debêntures.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.

9.8.1 Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura, as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas serão tomadas por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação integrantes da Série afetada.

9.8.2 As deliberações versando sobre a alteração (i) dos prazos de vencimento de Debêntures de quaisquer Séries; (ii) da Remuneração, exceto pela alteração do índice em caso de extinção ou inaplicabilidade dos índices previstos nesta Escritura; (iii) da amortização de Debêntures integrantes de quaisquer Séries; (iv) de quóruns ordinário de deliberação em Assembleias Gerais de Debenturistas e (v) dos eventos de vencimento antecipado das Debêntures constantes da presente Escritura, serão tomadas por Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação,

ou por Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação integrantes da Série afetada, quando a alteração disser respeito a apenas uma das Séries.

9.8.3 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- ii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iv) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- v) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- vi) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- viii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- ix) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

- x) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- xi) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- xii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83; e
- xiii) recomendou à Emissora a contratação de instituição para desenvolver a atividade de formador para as Debêntures.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A CTEEP declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia aberta validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- iv) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- v) as informações constantes dos Prospectos são corretas, verdadeiras, suficientes e precisas durante todo o prazo das Debêntures, de modo a permitir ao investidor

uma tomada de decisão fundamentada acerca da subscrição das Debêntures, atendendo aos requisitos exigidos pela Instrução CVM n.º 400/03, no Código ANBID e demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis;

- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a concessão do registro da Emissão pela CVM, a inscrição da Escritura e respectivos aditamentos na JUCESP e o registro das debêntures na CETIP e na BM&FBovespa;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) não tem conhecimento, na data de assinatura desta Escritura, de outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relatório interno de acompanhamento processual e/ou divulgado nas demonstrações financeiras da Emissora devidamente auditadas e nos Prospectos e apresentados aos assessores legais dos Coordenadores, no âmbito da auditoria legal realizada do dia 8 de outubro a 25 de novembro de 2009;
- xi) não há nas certidões de tributos municipais e estaduais indicação de não recolhimento ou irregularidade no recolhimento destes tributos além daqueles objeto de discussões administrativa e judiciais demonstrados nos relatório indicado no subitem anterior e nos Prospectos;
- xii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de

seus negócios;

- xiii) não omitiu nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- xiv) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento; e
- xv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário, aos Coordenadores e aos assessores jurídicos dos Coordenadores são materialmente corretos, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e para a elaboração dos Prospectos, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes.

11.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas, incorretas ou inconsistentes.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) para a Emissora:

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Rua Casa do Ator, 1.155, 10º andar

04546-004 – São Paulo – SP

At.: Sr. Marcio Lopes Almeida

Telefone: (11) 3138-7485

Fax: (11) 3138-7161

e-mail: mlalmeida@ctEEP.com.br

- ii) para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Sala 514 - Bloco 04

22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Marcelo da Costa Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4572

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br c/c pentagono@pentagonotrustee.com.br

iii) para o Banco Mandatário:

Banco Itaú S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

04309-010 – São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro

Telefone: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

e-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

iv) para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

04538-132 – São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

v) para a CETIP:

CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Av. República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 - Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
01009-000 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564

vi) para a BM&FBovespa:

BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua XV de Novembro, 275
01013-001 - São Paulo – SP
Telefone: (11) 3233-2222
Fax: (11) 3233-2061

vii) para a CVM:

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, 111
20050-901 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone e Fax: (21) 3233-8686
www.cvm.gov.br

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

12.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes.

12.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na

presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

12.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

13. FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 25 de novembro de 2009

**CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA PAULISTA**

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

Testemunhas:

1.

Nome:

RG.:

2.

Nome:

RG: